

Aprovada a audição da Entidade Reguladora da Comunicação Social com os votos a favor do PS, BE, PCP, CDS-PP e PAN e o voto contra do PSD, na ausência do DURE do CH e de deputada não inscrita, Joacina Kateř Nová, com igual votação foram aprovadas as audições do sindicato dos jornalistas, dos membros do conselho superior do Ministério Público e do sindicato dos registos do Ministério Público, cuja audição foi proposta originalmente pelo PCP, na reunião ordinária da comissão de 27/01/2021.



Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CACDLG
N.º 669352
Ano/Sessão n.º 48 Data: 14/01/2021

DISTRIBUÍDO A 14/01/2021

REQUERIMENTO

Aprovada a audição da Procuradora Geral da República com os votos a favor do PS, BE, CDS-PP e PAN, a abstenção do PCP e o voto contra do PSD, na ausência do DURE do CH e de deputada não inscrita Joacina Kateř Nová, na reunião ordinária da comissão de 27/01/2021.

O país tomou conhecimento de que, entre abril e junho de 2018, dois jornalistas terão sido seguidos e fotografados na via pública por elementos do Núcleo Operacional da Polícia de Segurança Pública cumprindo uma ordem nesse sentido exarada por uma Procuradora da República em serviço no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa. Esse seguimento terá alegadamente visado um conhecimento das fontes de informação dos referidos jornalistas e terá sido ordenado sem a respetiva ratificação por um juiz.

A ser verdade, esta situação é de uma extrema gravidade e carece de cabal esclarecimento. Com efeito, a proteção do sigilo das fontes jornalísticas é uma garantia essencial da liberdade de expressão e da liberdade de informação, elementos absolutamente fundamentais de um Estado de Direito Democrático.

Não pode o parlamento interferir em processos judiciais. Mas não pode demitir-se de defender o Estado de Direito, procurando obter todos os esclarecimentos que são devidos não sobre qualquer processo em concreto, mas sim sobre procedimentos de atuação que constrem liberdades fundamentais.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem requerer a audição urgente das seguintes entidades:

- Senhora Procuradora Geral da República;
- Membros do Conselho Superior do Ministério Público designados pela Assembleia da República;
- Entidade Reguladora da Comunicação Social;
- Sindicato dos Jornalistas.

Palácio de S. Bento, 14 de janeiro de 2021

Os deputados e deputadas do Bloco de Esquerda